



ACÓRDÃO Nº547/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11338/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Maués – SISPREV.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Reginaldo de Matos Pantoja (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3318/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Maués – SISPREV. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr.Reginaldo de Matos Pantoja**, Diretor-Presidente do SISPREV Maués, à época, no curso do exercício 2016, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, e art. 22, III, "b", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" 4 e art. 188, § 1º, III, "b", do Regimento Interno do TCE/AM., em virtudes das irregularidades contidas no Relatório/Voto (itens 1, 2, 3 e 4);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Reginaldo de Matos Pantoja** no valor de **R\$13.654,39**, (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, com base no art. 54 II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM n. 04/02, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referente a impropriedade contida no item 03 do Relatório/Voto. Dentro



ACÓRDÃO Nº547/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Recomendar ao Fundo de Previdência Social do Município de Maués - SISPREV, para que adote as seguintes medidas:

10.3.1. fazer gestão junto ao Chefe do Poder Executivo, no sentido de adequar a Lei Municipal Nº 119/2005, aos moldes do art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98; art. 5º, V, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 10, § 3º, da Portaria MPS nº 402/08, segmentado o Conselho Gestor em Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

10.3.2. solicitar à Prefeitura Municipal de Maués, que inclua no seu planejamento anual a implementação de auditorias periódicas por meio do Controle Interno Municipal, para validação e aprimoramentos dos seus atos administrativos, a título de salvaguarda da gestão do fundo;

10.3.3. adotar as medidas pertinentes para se adequar às exigências art. 1º, VII, da Lei Federal nº 9.717/98, art. 18 da Portaria MPS nº 402/08 e arts. 12 a 15 da Portaria MPS nº 403/08;

10.3.4. adotar as providências cabíveis para restabelecer aos cofres do SISPREV os valores dos repasses das contribuições retidas e dos recursos de parcelamentos não cumpridos;

10.3.5. dirimir esforços junto ao Chefe do Poder Executivo, no sentido de implantar o Comitê de Investimentos, conforme preconiza o art. 3º-A da Portaria MPS nº 519/2011, e alterações posteriores, c/c o art. 9º, II, da Lei Federal nº 9.717/98, e;

10.3.6. reunir esforços necessários para realizar a compensação financeira junto ao INSS, na forma do art. 4º da Lei nº 9.769/99, art. 1º do Decreto nº 3.112/99 e art. 1º da Portaria MPS nº 6.209/99.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor da pena pecuniária imposta, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº547/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral